



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRABALHO ESCRAVO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0490/12	DATA: 08/05/2012
INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 17h04min	DURAÇÃO: 01h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h52min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>NILMÁRIO MIRANDA – Representante da Fundação Perseu Abramo. MÁRIO MAMEDE FILHO – Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza e ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. PAULO DE TARSO VANNUCHI – Diretor do Instituto Lula e ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Ministra da Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.</p>

SUMÁRIO: Discussão sobre exploração de trabalho escravo ou análogo ao escravo em atividades rurais e urbanas em todo o território nacional.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Boa tarde. Vamos dar início a esta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a exploração do trabalho análogo ao escravo no Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a sexta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a exploração de trabalho escravo ou análogo ao escravo em atividades rurais e urbanas em todo o território nacional.

Encontram-se à disposição dos Srs. Parlamentares aqui presentes cópias data da quarta reunião.

Eu pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Por solicitação do Deputado Amauri Teixeira, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares que o nosso Relator, Deputado Walter Feldman, não se encontra presente hoje por conta de uma viagem, que já havia sido agendada há muitos meses, antes inclusive da possibilidade de ele ser escolhido como Relator da CPI. Então ele pede para justificar sua ausência tanto nos eventos da parte da manhã, quanto durante todo o dia de hoje. Ele se encontra em missão oficial, em audiência com a Papa Bento XVI, na cidade do Vaticano, em audiência da comunidade judaica de São Paulo com o Papa Bento XVI. Espero que seja produtiva a reunião.

Esta reunião ordinária foi convocada para discutirmos sobre assunto relacionado ao objeto de investigação desta CPI. E hoje nós temos uma reunião especial, com a presença de diversos ex-Ministros e, em breve, com a presença da Ministra Maria do Rosário, que se encontra na outra CPI, a CPI de Tráfico de Pessoas. Ela, concluindo a sua intervenção lá, virá aqui.

Hoje de manhã nós tivemos um ato significativo pela aprovação da PEC 438, e estamos aqui hoje à tarde, nesta sessão da CPI, com a presença de ilustríssimos



ex-Ministro dos Direitos Humanos de diversos Governos. Eu gostaria de chamá-los já à Mesa: o Ministro Nilmário Miranda, Presidente da Fundação Perseu Abramo, Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — seja bem-vindo, Ministro — (*palmas*); o Ministro Mário Mamede Filho, Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza e ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — seja bem-vindo — (*palmas*); o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Diretor do Instituto Lula e ex-Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — seja bem-vindo — (*palmas*).

Como eu havia dito, estamos aguardando a presença da Ministra Maria do Rosário.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares. A presença do nosso Vice-Presidente da CPI, Deputado Júnior Coimbra, Deputado do PMDB de Tocantins, assim como do Deputado Lira Maia, do Democratas do Pará.

Fizemos a reunião de hoje neste auditório já contando com a grande mobilização, então agradeço a presença dos diversos representantes de movimentos sociais e de entidades representativas de classe, assim como de entidades estatais que estão envolvidas no combate ao trabalho escravo.

Portanto, hoje vivemos um dia de muita agitação aqui na Câmara dos Deputados.

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos Srs. presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, obviamente, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Já está aberta a inscrição para os Parlamentares. E o Relator, que não está presente, poderia dispor do tempo necessário às suas considerações. Os Deputados Amauri Teixeira e Ivan Valente, que são os autores do requerimento, terão prazo de 10 minutos para tecer considerações, computado nesse tempo o prazo da resposta dos expositores. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações.



Eu vou passar inicialmente a palavra ao Dr. Nilmário Miranda, da Fundação Perseu Abramo.

O SR. NILMÁRIO DE MIRANDA - Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o Presidente, Deputado Cláudio, o Amauri, Vicentinho, todos os Deputados que compõem a CPI e estão presentes aqui e também essas pessoas que há anos se dedicam à luta contra o trabalho escravo, pela erradicação dele, na pessoa do Pe. Ricardo Rezende, com seu grupo do Movimento Humano Direitos. Cumprimento a todos que ao longo desses anos batalharam tanto.

Eu queria só prestar um breve depoimento.

Quando o Governo Lula se instalou, em 2003, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ela tinha sobre o seu guarda-chuva o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. E o Governo anterior, o Governo do Presidente Fernando Henrique, tinha encarregado o sociólogo José de Souza Martins de elaborar o projeto de um plano de erradicação do trabalho escravo.

Então logo no começo do Governo nós aprovamos esse plano. E a nosso juízo isso mudou um pouco a qualidade do combate ao trabalho escravo. Ao invés de mantê-lo sobre controle, fiscalização, pela primeira vez apresentou-se um plano de erradicação. Criou-se o CONATRAE, o Comitê Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, um plano que envolvia vários Ministérios, sociedade civil, vários poderes da República, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Segurança estadual, a sociedade civil. Foi um plano que passou por muitos debates, por muitas mãos, um plano bem elaborado. E esse plano foi importante para o País. Por exemplo, os Grupos Móveis de Fiscalização foram bastante reforçados, ampliados. Eles receberam equipamentos condignos, respaldo institucional para atuar. Eles tinham realmente liberdade de atuação e condições de atuação. Foram ampliados para todo o País.

Nós também avançamos com as listas sujas, daquelas supostas empresas que exploravam trabalho escravo. Desde que não tivessem mais recursos no âmbito administrativo a fazer, ou seja, concordavam com as multas, elas entravam na lista suja, não poderiam contrair empréstimo em bancos públicos, e passariam também a sofrer várias restrições, de ordem inclusive moral.



Também houve articulações com empresários do ETHOS, para se convencer as pessoas a não comprar produtos oriundos do trabalho escravo. Foi feita muita coisa, todas necessárias e importantes.

No entanto, vendo agora passados 9 anos, a gente vê que esses supostos empresários, esses criminosos que se utilizam de trabalho escravo, eles pagam a multa e reincidem, simplesmente. Pagam e reincidem. Ou seja, para eles é econômico, é viável pagar a multa e continuar, porque eles não temem, digamos, a legislação penal ou trabalhista, que não foi suficiente para coibir pela imposição do sistema jurídico legal. Enfim, eles se arranjam para poder driblar os efeitos do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e do sistema legal. Os anos vão passando, e eles continuam, um número grande de pessoas, sempre metidos nessa forma de exploração tão brutal, que afronta tanto a dignidade da pessoa humana, que eu entendo como uma das piores violações dos direitos humanos.

Isso foi importante também, Presidente, tirar a questão do trabalho escravo do âmbito trabalhista e situá-lo como grave violação dos direitos humanos, porque aí aumentava a obrigação do Estado de coibi-lo, de combatê-lo, de erradicá-lo. Quando ela se mantém só no âmbito trabalhista, fica parecendo que é um abuso da lei trabalhista, que se pune com uma multa, como acontece em outras formas de trabalho degradante. E nós colocamos claramente que o trabalho escravo não era... Todo trabalho escravo é degradante, mas nem todo trabalho degradante é trabalho escravo. Trabalho escravo tem agravantes sérios em relação ao trabalho degradante. Muita gente aí que defende o trabalho escravo diz que aquilo é um trabalho degradante, recusa a chancela do trabalho escravo, porque sabe que ela tem um efeito moral, ético, político sobre as pessoas que a praticam.

Então nós defendemos desde o começo, desde o primeiro dia do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que era necessário aprovar a Emenda 438, porque haveria uma forma de punição que atingiria o âmago do problema, quer dizer, a perda da propriedade que é usada para a prática dessa modalidade de violação, tão agressiva, que humilha e fere tanto a dignidade da pessoa humana.

Infelizmente nós temos esta situação quase que inexplicável, não é? O Senador Ademir Andrade entrou com esse projeto em 2001, ele foi aprovada no



Senado em dois turnos, veio para a Câmara, foi aprovado em primeiro turno... E 8 anos para uma simples votação em segundo turno! Isso é inexplicável. Não temos como, perante a comunidade de direitos humanos, internacional ou nacional, ou nossos irmãos latino-americanos, falar que nós temos uma PEC há 8 anos, que só falta uma votação, mas não se põe na agenda para votar. Acho que ela teria um efeito importante. A Constituição já abriga essa possibilidade da expropriação de uma terra, no caso das plantas psicotrópicas. Então seria estender essa forma de ação do Estado sobre violações graves ao trabalho escravo, com a expropriação, levando aquelas terras para um fundo de reforma agrária. Nada mais justo do que contribuir para a erradicação completa do problema. O avesso do trabalho escravo é a reforma agrária, é a justiça com a terra.

Então acho que este é um projeto importante. A gente sabe que na Câmara, no Congresso, não é fácil, no Senado não é fácil. Nem sempre a lei é ideal. Ela é produto de acordos, vai sendo construída uma lei possível. Ela, a 438, é uma lei possível. Ela não é, não tem a formulação que deveria ter. Mas é um instrumento importantíssimo.

Então eu espero que o Congresso, que finalmente colocou aqui na Ordem do Dia, que dê espaço para ir votando e aprovando, em segundo turno, a PEC 438. Acho que neste momento o Plano Nacional de Erradicação, ele vai se completar. Está faltando... Digamos que seja um leão com poucos dentes, ou com dentes fracos. Você dá ao Estado dentes para poder atuar de uma forma mais... não é radical, mas erradicadora, digamos assim, mais decisiva, que atinge a raiz do problema, que é o perdimento do bem.

Eu queria parabenizar a todos que compõem a CPI. Toda CPI, por definição, tem que ter a proporcionalidade dos partidos. Mas esta é uma questão que está acima de partidos, de esquerda e de direita. Direitos humanos é uma tarefa comum da sociedade, de todos os partidos, de todas as forças, de todas as classes sociais. Não há distinção dessa natureza. É um problema grave, sim, é uma vergonha para o nosso País. A casa grande está aí, 124 anos depois, querendo ainda impor regras, se articulando... Mas está perdendo, não é? Perdeu nas cotas raciais, perdeu na ação dos quilombolas, perdeu agora na Bahia, o pau-brasil, com os pataxós hãhãhães, perdeu na Raposa Serra do Sol. A Casa Grande está perdendo, mas



ainda ela não perdeu essa batalha decisiva, que é tão importante para a erradicação do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministro Nilmário Miranda. (*Palmas.*)

Vamos passar imediatamente a palavra ao Dr. Mário Mamede Filho, que também foi Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O SR. MÁRIO MAMEDE FILHO - Boa tarde, Deputado Cláudio Puty, na pessoa de quem eu saúdo todos os presentes e todos os que compõem a Mesa e formam este seletto plenário.

É inevitável, eu tendo exercido a condição de Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos à época que o Ministro, o Secretário Especial, era o meu amigo irmão Nilmário Miranda, é inevitável que os depoimentos sejam assemelhados, ou muito aproximados, não é? Depois que o Nilmário saiu, eu ocupei a Secretaria por um período de 5 meses na sua titularidade, na verdade numa continuação desse trabalho, até a chegada do próximo Ministro, que foi o Ministro Paulo Vannuchi. Então eu me desculpo se eu não vou poder acrescentar outras informações ou outros comentários que sejam tão importantes quanto foram os do Ministro Nilmário. Mas mereci dele a confiança não só da ocupação do cargo, como também a de, nos seus impedimentos, ou sempre que ele achava necessário, por alguma outra agenda que se sobrepuja às suas tarefas cotidianas, eu o representar junto à Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo — CONATRAE. E assim o fiz por diversas vezes.

Esse espaço, previsto no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, ele constitui-se em espaço bastante plural, com uma representação democrática muito importante. Os movimentos sociais, sempre que julgavam necessário, se faziam presentes às reuniões, externavam suas opiniões, suas críticas, suas cobranças legítimas. A Comissão Pastoral da Terra tinha expressão muito grande nessa Comissão, o Ministério Público do Trabalho, o Poder Judiciário, através de juízes comprometidos efetivamente com a luta democrática, com o Estado Democrático de Direito, órgãos institucionais da Presidência da República, entre os quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário — está ali o nosso querido Kaiper, como membro titular dessa Comissão. Era um espaço de discussão, mas



não só de discussão, também de articulação e de encaminhamento. E esse encaminhamento, por deliberação contida nas decisões do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, cabia exatamente à Secretaria de Direitos Humanos, pela sua vocação de órgão de articulação política, de órgão de construção de espaços de consensos.

Inevitavelmente, nessas reuniões, muitas vezes as cobranças demandadas eram bastante duras, bastante fortes. E havia um número um pouco repetitivo, eu diria, em colocar que no Brasil nós tínhamos 25 mil trabalhadores em condição de trabalho escravo ou análogo. E é compreensível que esse número fosse repetidamente colocado, embora ações se desenvolvessem. O número era vez por outra trazido à tona, porque é difícil você ter exatamente uma quantificação, uma aproximação exata dessa realidade. Sabemos que ela é dura, sabemos que ela é grave, sabemos que é preocupante, inaceitável à luz da ética, à luz da democracia, à luz da Constituição Brasileira, à luz dos valores humanos, diante dos acordos internacionais de que o Brasil é signatário e deve cumprir. Mas era o número que, frequentemente, por estimativa de cálculo dos movimentos sociais que trabalham na questão agrária, que trabalham na questão do campo, era denunciado. E cobravam do Governo ações efetivas. Mas o fato é que, através do grupo especial de fiscalização, que era realizada sob o comando do Ministério do Trabalho e do Emprego, com a forte presença da Polícia Federal e com a forte presença do Ministério do Trabalho, foram desenvolvidas ações importantes no ano de 2003 e 2004. Foram 70 operações realizadas neste País. Fazendas fiscalizadas, 203; autos de infração lavrados, 1.517; trabalhadores libertados em condições análogas à do trabalho escravo, trabalho escravo ou situações análogas, 5.125; valor total dos direitos trabalhistas quitados, 6 milhões 246 mil 549 reais. Então isto aqui dá uma ligeira noção dos desafios que estão colocados para o Estado, para o Governo brasileiro e, eu diria, para a sociedade brasileira.

Quando se conclui o ano de 2005, segundo relatório do MDA e do INCRA na luta pela erradicação do trabalho escravo, é citado que, em 10 anos, de 95 a 2005, foram libertados 17.983 trabalhadores. Indenizações pagas às pessoas libertadas, 21 milhões 985 mil 124; operações realizadas em fazendas, 395 operações, em 1.463 fazendas. Diga-se de passagem, comentários meus, que muitas fazendas são



reincidentes, como comentou o Nilmário, na mesma prática, nos mesmos moldes, na mesma metodologia de trabalho escravo. De 2003 a 2005, trabalhadores libertados, 12.110; indenizações pagas, 18 milhões 469; operações em fazendas, 220, num total de 647 fazendas, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ou seja, não é uma questão qualquer, é uma questão muito grave, que nos envergonha e nega ao País e à sociedade brasileira o projeto de futuro que se deseja construir. E a prática, ela é apenas repetitiva. Alguns agentes são conhecidos e reincidentes. Muitos deles, pessoas famosas, pessoas que detêm poder econômico e poder político. Basta dizer que o Deputado Alessandro Molon foi levado, numa atitude corajosa, a denunciar o Presidente da Câmara... da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro por prática de trabalho escravo. Quem lida com essa questão sabe os riscos e a tensão que o Deputado Alessandro Molon viveu àquela época, ao ter que fazer essa denúncia, com todos os riscos que envolvia e com toda a dificuldade política, sendo ele Parlamentar atuando na mesma Casa Legislativa.

Para finalizar o meu depoimento, é triste a gente saber que os gatos, que são os captadores de trabalhadores escravos, atuam de maneira sistematicamente igual, assemelhada. Aproveitando-se da situação de baixa escolaridade ou não escolaridade, de miséria social, pessoas com famílias numerosas que precisam alimentar, em regiões em que a desigualdade social se configura na sua perversidade maior, ou então em situações de adversidade, como, por exemplo, a seca no Nordeste, episódio que a gente vive agora com muita intensidade na Bahia, eles vão buscar pessoas oferecendo oportunidade de trabalho e de alimentar sua família. Fazem a captação, colocam-nas no transporte precário, e essas pessoas são levadas sem saber para onde, nem quantos quilômetros percorreram, em condições adversas de transporte, já correndo risco de vida pela precariedade dos transportes utilizados.

E chegam noutro Estado, onde não têm nem a menor referência, nem a menor possibilidade de contato. A eles não é permitido receber correspondência, e muito menos mandar, porque nem a família sabe onde eles estão, nem eles sabem se localizar. Quando chegam à localidade onde vão trabalhar, localidade que eles não conhecem, não têm como individualizar a sua relação de patrão e empregado,



já chegam endividados, porque foram endividados pela alimentação consumida durante a viagem. Ou seja, a que perversidade chega esse modelo de exploração.

Ao adquirir a sua vestimenta básica e os instrumentos para realizar o trabalho que lhe é imposto pelo patrão, pelo capataz da fazenda, pelo capataz daquela propriedade, eles aumentam o seu endividamento, porque passam a dever a foice, a enxada, o machado, a picareta e qualquer outro instrumento. A dívida aumenta. E, na medida em que ele se alimenta e é obrigado a repor o material para utilização no seu trabalho, a dívida do balcão torna-se absolutamente não resolvível, torna-se permanentemente inadimplente e crescente, embora todo o seu trabalho sirva para tentar amortizar aquela dívida.

A sua família, que estava em situação de sofrimento, tem o seu sofrimento aumentado, porque perdeu o chefe de família, que aposto que às vezes fazia alguns biscates, alguns trabalhos, e está distante e não localizado, como se tivesse abandonado a família. E simplesmente, além das condições precárias de alimentação, de higiene, de acesso a água e outras necessidades humanas básicas, essas pessoas, vulneráveis à condição de adoecimento, que acontece — algumas morrem por adoecimento, pela precariedade do trabalho que realizam e pelas condições perversas de exploração —, eles têm ainda o cerco por capangas armados cuja ordem é não permitir que nenhum saia, para não deixar que aquela situação de perversidade, de escravatura do ano 2012, de 2010, da contemporaneidade, possa chegar às autoridades, possa chegar à sociedade. Então não são raros os exemplos de quem tentou fugir ter perdido também a sua própria vida.

Então essa luta é uma luta continuada, permanente, mas ela precisa avançar. E precisa avançar não só pelo esforço institucional do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, dos movimentos sociais — e aqui eu cito com destaque a CPT —, dos trabalhadores rurais nas suas organizações, dos Parlamentares comprometidos não só com a questão do trabalho, mas com a questão da democracia, com a questão do Estado moderno, Parlamentares que vejam na pessoa humana um ser portador de dignidade que não pode ser subtraída.

É preciso avançar do ponto de vista de novas conquistas. E esta emenda trata exatamente disso, só que está praticamente parada há 10 anos. Ela não



consegue ser votada em segunda votação. É preciso avançar, para que essas propriedades, ao serem detectadas como sítios, como loco de trabalho escravo, elas possam ser expropriadas, sem indenização para aquele que pratica o trabalho escravo.

Era o que eu queria complementar. Seguramente não foi muito, diante da fala brilhante do Nilmário, mas isso é compreensível, sendo eu adjunto, nós tendo trabalhado juntos de maneira muito irmanada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministro. Vemos que, além de tudo, você é muito modesto. A modéstia é outra característica.

Passamos, então, imediatamente a palavra ao nosso Ministro Paulo Vannuchi.

O SR. PAULO DE TARSO VANNUCHI - Obrigado, Presidente Cláudio Puty.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Só um minutinho. Eu gostaria de anunciar, além dos Parlamentares componentes da CPI, a presença do Juiz José Barroso Filho, juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Fórum Fundiário do Conselho Nacional de Justiça, e a presença do nosso ex-Senador José Nery, do Estado do Pará, que foi um dos campeões na causa, na luta pela erradicação do trabalho escravo. Obrigado pela presença.

O SR. PAULO DE TARSO VANNUCHI - Presidente Cláudio Puty, meus antecessores companheiros Ministros Nilmário Miranda e Mário Mamede, peço licença para saudar todos os Deputados presentes na pessoa de um querido amigo, companheiro, ex-chefe, Vicente Paulo da Silva, de quem foi assessor no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e na CUT e também tive a honra de ser padrinho de casamento. Representações da sociedade civil, Padre Ricardo Rezende, do MHUD, agradeço a honra de comparecer a uma sessão de uma CPI que é histórica e que faz coincidir a realização desta reunião com a expectativa otimista de vivermos hoje, à noite, na madrugada, amanhã, nos próximos dias, um marco histórico, que encerre uma longa caminhada, que começa na sociedade civil brasileira, antes de entrar na elaboração, já reconstruída por Nilmário e Mamede, a partir de Ademir Andrade, depois trabalho também de Paulo Rocha, com protagonismo do Senador Nery, no Senado, durante todo o seu mandato, de uma PEC que está estruturada como 438,



e com numeração anterior já há mais de 10 anos, votada no Senado e votada, em primeiro turno, na Câmara.

Essa longa caminhada também faz coincidir o simbolismo de estarmos às vésperas de um 13 de maio, para sinalizar, com clareza, que se trata de um ato do Legislativo brasileiro, este mesmo que vem sendo capaz de passos tão importantes e históricos, como a aprovação, há pouco tempo, praticamente consensual, do projeto de lei que estabelece no Brasil a Comissão Nacional da Verdade, tema que tende a dividir muito mais as forças partidárias do que a abertura, para consenso tendente à unanimidade, que deve haver quando se discute a complementação do processo de abolição da escravatura no Brasil. Porque mais de 120 anos da Lei Áurea ainda não se revelaram suficientes para a completa erradicação de formas que de alguma maneira reproduzem e fazem persistir o trabalho escravo, o trabalho forçado, em modalidades modernas.

Essa caminhada histórica, ela tem lá em 1970 um marco importante, na ousadia, na coragem profética de Pedro Casaldáliga, o motivador de todo o trabalho que a Comissão Pastoral da Terra mantém nessas décadas todas, chegando hoje esta sociedade civil à diversidade de organismos que vão de uma ONG como a Repórter Brasil, de ações do Instituto Ethos, da responsabilidade social das empresas, passando pelo Movimento Humanos Direitos, com importantes artistas queridos da população brasileira que hoje acorrem a Brasília para um trabalho de sensibilização, na 5ª, 10ª, 20ª caravana que realizam com esse empenho nos últimos anos.

O Poder Legislativo está prestes a completar um amplo processo de discussão, que marca esse momento especial da história brasileira e 500 anos de políticas excludentes, de poder elitista. A partir de 1988, esta Casa ainda repercutirá, por muito tempo, o discurso histórico, na tarde de 5 de outubro de 88, em que Ulysses Guimarães — e aqui eu vinculo novamente os dois temas —, no mesmo discurso em que ele batizou a Constituição Federal que o Brasil passa a ter, tendo como centro o respeito à dignidade da pessoa humana, o que não permite qualquer idéia de trabalho análogo à escravidão, batizou-a de Constituição Cidadã, ele homenageou, lembrando, a figura do Parlamentar Rubens Paiva, desaparecido político, lembrado na forma... *“Esta Constituição promulgada hoje”* — dizia Ulysses



Guimarães —, *“ela foi produzida por constituintes que acolheram os gritos das Diretas Já e a pressão da sociedade civil nas suas plenárias de participação popular...”* Que aqui estavam diariamente, durante todo o processo de elaboração. E Ulysses conclui dizendo: *“A sociedade civil foi Rubens Paiva e não os algozes que o mataram”*.

Nesse momento especial em que o Brasil, pelos seus últimos Governos — e não me refiro apenas aos Governos de Lula e de Dilma, mas a uma longa caminhada que vem da promulgação, que reconstrói o Brasil como Nação democrática em outubro de 88 —, vem dando passos importantes no que se consegue hoje como resgate de uma Nação respeitada universalmente... Quem viajava para o exterior e viaja sente fortemente a diferença. Falar de Brasil, se apresentar como brasileiro hoje é muito diferente do que era há 20 ou 30 anos atrás. É a construção democrática. E, quando o Brasil é comparado com China e Índia, grandes progressos econômicos que sustentam a economia mundial hoje, um pouco mais equilibradas, com a crise norte-americana e, depois, a europeia, imediatamente veio o marco favorável e distintivo de que o Brasil se desenvolve como uma verdadeira democracia, com alternância de partidos no poder, com convivência partidária dura — e os Srs. Parlamentares são os melhores testemunhos disso —, mas que sabem colocar acima de qualquer divergência partidária os objetivos maiores da Nação, porque se trata de objetivo nacional a erradicação completa do trabalho escravo no Brasil, equiparável a situações de um país ocupado por potência estrangeira.

Se forças hitleristas ocupassem o Brasil, seria preciso criar uma unidade entre trabalhadores e empresários, pessoas de todos os partidos, oposição e situação, esquerda e direita, religiões, gerações, para combater, resistir e expulsar os nazistas. E é preciso evocar, em escala adequada, o mesmo consenso, a mesma unanimidade, para que o Brasil complemente... E temos pressa. A CPI se antecipa ao seu próprio relatório final, quando faz coincidir a data com um dia de elevada possibilidade de aprovação, finalmente, desse marco histórico.

Como um intermediário entre as gestões fundadoras do Ministério de Direitos Humanos, Nilmário e Mamede, que, por sua vez, deram prosseguimento a políticas iniciadas no Governo Fernando Henrique Cardoso, no âmbito do CDDPH, o



Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que, a partir de várias apurações e investigações, formula aquilo que o primeiro Ministro de Direitos Humanos, Nilmário, com intuição democrática brilhante, transforma na construção da CONATRAE, no primeiro Plano Nacional de Erradicação, que essa CONATRAE debateu por 2 anos e atualizou no segundo Plano, de 2003 a 2008, ouvindo a sociedade civil, divergindo da sociedade civil, sem temor, porque é assim na democracia, uma tensão em que os Governos não têm de se sentir merecedores de aplausos permanentes... A sociedade civil existe para cobrar, para impulsionar no sentido de aperfeiçoamento, fiscalização, rigor nas denúncias.

Seguiram-se anos de avanço, eu próprio presidindo a CONATRAE, várias vezes copresidindo com Ministros do Trabalho, Luiz Marinho e Lupi, e realizando sessões itinerantes, difíceis, que envolviam negociações de semanas para se conseguir, o que muito nos honrava, uma aeronave da Força Aérea Brasileira, como símbolo do engajamento das Forças Armadas Brasileiras no combate ao trabalho escravo, assim como da Polícia Federal, essa mesma que finalmente é uma polícia que começa a entusiasmar o Brasil, com seus episódios de investigação que abalam alicerces do combate à corrupção, uma polícia que nós conhecíamos apenas dos filmes de Hollywood, com o FBI que aparecia. E nós falávamos: quando o Brasil começa a ter uma polícia comparável a essa? A Polícia Rodoviária Federal já recebeu prêmio nacional de direitos humanos pela sua parceria no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nas reuniões itinerantes procurávamos levar à Bahia, ao Maranhão, a Tocantins, ao Pará, ao Mato Grosso, ao Rio de Janeiro diálogo franco com Governadores dos mais diferentes partidos, em diferentes posições de situação e oposição, a mesma proposta de construção, de consenso e unanimidade.

Muitas vezes os militantes da luta contra o trabalho escravo me viram dizer, alguns até se assustando, que a vanguarda dessa luta deveria caber à Confederação Nacional da Agricultura, o segmento empresarial mais interessado que qualquer outro na eliminação definitiva. E vimos o Governador Blairo Maggi... Poucos representantes da liderança política brasileira falarão com mais autoridade do que ele como representante do agronegócio — todos sabem disso aqui. E visitamos, Luiz Marinho e eu, com a cautela simbólica de fazer uma escala no vôo,



Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia. E com poucas horas de conversa, olho no olho, com o Governador Blairo Maggi, sobretudo quando expusemos o argumento de que seria importantíssima para as representações ruralistas da Câmara a idéia de que não era justo que uma agricultura pujante, que vai derrotando um a um os seus competidores na produção e exportação de carne, de soja, de etanol, de outros grãos, que ela se expusesse à vulnerabilidade de uma ação na Organização Mundial do Comércio que pode barrar, como algumas zoonoses às vezes barraram, importantíssimos contratos de exportação, com prejuízos de bilhões de dólares. E não será difícil a quem queira fazer uma manobra oportunista como essa na OMC arrolar filmes, fotos, depoimentos, gravações, flagrantes, episódios como os já levados à OEA, José Pereira, pessoas baleadas ao tentar fugir da condição de trabalho escravo.

Cheguei a perguntar se não era o caso de transferir a CONATRAE para o Ministério do Trabalho, para unificar o braço reflexivo CONATRAE e o braço de ação prático, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Ministro, desculpe interrompê-lo. Queríamos anunciar a presença da nossa Ministra Maria do Rosário e chamá-la para compor a Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PAULO DE TARSO VANNUCHI - E, no ato de lançamento da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso, para o qual voltamos, o Ministro Luiz Marinho e eu. O Governador Blairo Maggi trouxe toda a sociedade rural mato-grossense para firmar o compromisso de que quem fosse autuado em trabalho escravo seria eliminado da entidade, imediatamente.

Visitamos o Governador Marcelo Miranda, que apresentou a primeira lei estadual de combate ao trabalho escravo.

E, nesse esforço, a resposta foi a de que era preciso manter a CONATRAE em direitos humanos, para não permitir qualquer intuito de associação entre o combate ao trabalho escravo e a fiscalização de irregularidades trabalhistas. O trabalho árduo, penoso, a jornada ilegal, excessiva, continuarão por muitos anos após a aprovação da PEC 438 e a eliminação total do trabalho escravo, porque não se confundem. É oportunista a associação. É uma manobra diversionista porque todos os procuradores, auditores fiscais do trabalho, membros da CONATRAE,



Poder Judiciário envolvidos não têm o menor interesse em autuar como prática de trabalho escravo aquilo que seja irregularidade trabalhista, que envolve outros dispositivos de punição, de investigação.

Então, nessa diferenciação, buscamos. E seis Governadores responderam com a articulação de um pacto federativo: da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Tocantins, do Pará e Mato Grosso.

Em cada uma das reuniões itinerantes tínhamos a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, do Procurador-Geral de Justiça do Estado, do Presidente da Assembleia Legislativa, na construção do consenso/unanimidade que esta Casa pode, hoje, à noite, na madrugada, amanhã, a curto prazo, aprovar, encerrando esse longo ciclo.

Termino lembrando que também cuidamos — eu, 5 anos e 10 dias, como titular, colhendo frutos plantados já nas gestões de José Gregori e Paulo Sérgio Pinheiro, com Fernando Henrique Cardoso; nas gestões de Nilmário e Mário Mamede; e preparando este momento para que a nossa sucessora, como deve ser sempre na história de um país, como deve ser sempre no avanço à democracia, para que a nossa sucessora, melhor que nós, promova vitórias expressivas no diálogo/interlocução com esta Casa, que ela e Nilmário conhecem tão bem, pela longa atuação parlamentar; Nilmário antes; ela agora, Parlamentar que é licenciada para exercer o múnus de Ministra — de estender ao Poder Judiciário a elevação do grau de responsabilidade.

Construímos uma oficina, de 2 dias de trabalho, com Leonardo Sakamoto, o Juiz Marcus Barberino, cedido pelo Tribunal do Trabalho de Campinas — uma região que é maior, que é mais da metade do Estado de São Paulo —, para percorrer até 14 Estados, em oficinas que reuniram 600 juízes e membros do Ministério Público do Trabalho para um treinamento de classificação, de distinção entre condições de trabalho escravo e outras irregularidades trabalhistas, para aperfeiçoar a decisiva intervenção do Poder Judiciário, que respondeu, numa decisão transitada em julgado, respondendo a tentativas de deixar a Justiça estadual como a instância máxima decisória sobre trabalho escravo. E o Supremo reconheceu o caráter federal dessa atribuição, assim como, no primeiro grande encontro nacional que realizamos, em maio de 2010, ouvimos o hoje Presidente do



Supremo, Ministro Carlos Ayres Britto, em fala magistral, abrir a sua explanação com a apresentação das múltiplas inconstitucionalidades do trabalho escravo, o seu tema de palestra.

Eu termino deixando com o Presidente Cláudio Puty — e ansioso para ouvir a querida companheira Ministra Maria do Rosário, que aqui representa a Presidenta Dilma Rousseff, como nós três tivemos a honra de representar o Presidente Lula, unidos no esforço comum, com o conteúdo que eu busquei acentuar aqui, de bandeira suprapartidária, nacional, de que toda a divergência que possamos ter em temas do agronegócio serão tratados adequadamente em outras esferas, em outras instâncias; aqui é preciso construir a unidade que tenda à unanimidade de todos, como praticamente a Ministra Maria do Rosário conseguiu construir, com outros Ministros, na aprovação história da Comissão Nacional da Verdade —, eu passo ao Presidente Cláudio Puty algumas publicações do período em que tive a honra de liderar uma valorosa equipe.

Vejo aqui vários companheiros e companheiras e saúdo todos na figura de José Guerra, o companheiro que cuidou, naquele período — e cuida hoje —, da coordenação, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, do livro que fizemos para registrar o sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Que as páginas sobre o trabalho escravo, o seu combate, possam ser levadas em conta na elaboração do relatório final da CPI; o balanço das atividades, durante todo o Governo Lula; a história do CDDPH, que tem como um dos seus muitos filhos a CONATRAE, e os seus planos nacionais; uma edição da *Revista Direitos Humanos*, com artigo de Leonardo Sakamoto e Marcus Barberino; e o histórico Programa Nacional dos Direitos Humanos 3, que, ultrapassada a guerra de 2010, contaminada pela disputa eleitoral, a guerra de distorções que envolveu o noticiário da mídia sobre ela, vê uma a uma as suas bandeiras estratégicas serem apresentadas, como outras seguirão sendo e aprovadas. Recentemente, a Comissão Nacional da Verdade, a questão das cotas. Daqui a muito pouco tempo, a solução pacífica de conflitos, para que não se repitam episódios como o do Pinheirinho, para que não se repitam episódios como o de Eldorado dos Carajás, que o Judiciário brasileiro (*palmas*), finalmente, fez recolher à prisão, encerrando um imenso ciclo de impunidade, como tantos outros temas que, no Poder Executivo



Federal, a Ministra, Parlamentar, com alta experiência, cuida com tanta eficiência de articular, dialogar, preparando e assegurando a condição de novas vitórias estratégicas, como esta que se avizinha, a da aprovação da emenda constitucional que concluirá essa história de 124 anos de abolição da escravatura, inconclusa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministro Paulo Vannuchi.

Esses exemplares que nós recebemos de bom grado farão parte, de ofício, dos Anais da CPI. Então, incorporaremos ao conjunto de documentos da CPI porque resgatam a história do combate ao trabalho escravo no Brasil, assim como a história, na Secretaria de Direitos Humanos, da luta pelos direitos humanos, particularmente o Plano Nacional de Direitos Humanos, na sua terceira versão, que é o marco na história da luta dos direitos humanos no Brasil.

Passamos a palavra, então, à nossa querida Ministra Maria do Rosário, para as suas considerações. Ela que já esteve aqui de manhã, para um belo ato organizado pela CONATRAE — e diversos militantes dos movimentos sociais; o Deputado Domingos Dutra também, pela Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo —, e agora retorna aqui, ao Nereu Ramos.

Ministra.

A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO NUNES - Prezado Deputado Cláudio Puty, eu quero fazer um cumprimento especial a esta CPI e, através do senhor, a todos os Deputados e Deputadas que compõem esta CPI, que é fundamental para o momento que estamos vivendo também aqui na Câmara dos Deputados. Agradeço a parceria, o trabalho conjunto, o plano de trabalho que a CPI tem, para contribuir para a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Quero também cumprimentar... É difícil fazer uma escolha. Então, eu vou cumprimentar, digamos assim, lá da ponta esquerda para cá, o querido Mário Mamede, Ministro no período de governo do Presidente Lula, que aprendemos a admirar e que, com a sua trajetória importantíssima, contribuiu imensamente e continua contribuindo. Estamos conversando sobre muitas questões. E, lá do Ceará, muitas vezes, através de Mário Mamede, vamos organizando para seguir o bom combate dos direitos humanos.



Quero igualmente cumprimentar o amigo, o Deputado, a liderança, ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, figura singular também, por todo o significado que tem na luta em defesa do direito à memória e à verdade, Presidente da Fundação Perseu Abramo nos dias atuais, Nilmário de Miranda. E também agradecer a ele todo o significado da sua atuação como Ministro do período do Presidente Lula, mas toda a vida também dedicada à causa dos direitos humanos.

E cumprimentar igualmente... E agradecer profundamente o legado de Mário Mamede, de Nilmário Miranda. Quero agradecer também o legado, o trabalho, a dedicação, a vida de Paulo Vannuchi, de quem tenho a honra de ser sucessora mais imediata no trabalho. Recebi uma Secretaria de Direitos Humanos com muitas causas, com muitas lutas, mas com muita capacidade de trabalho e de resolutividade. E Paulo Vannuchi, que hoje está atuando junto com o Presidente Lula, ao lado do Presidente Lula — muitas vezes no Instituto Lula, lá no sindicato em São Bernardo, de onde muitas vezes nós nos falamos, telefone a telefone; também no Sindicato dos Metalúrgicos, não é, Paulo?

Eu hoje quero iniciar este meu pronunciamento diante de vocês a partir deste livro que Paulo levantou, que é o próprio PNDH-3. Aqui existe uma síntese dos compromissos e da capacidade do Brasil de uma nova era de planejar o seu futuro. Muitas vezes nós dizemos sobre o Estado brasileiro que, com o Presidente Lula, recuperamos a capacidade de planejar as nossas metas econômicas e sociais. E é verdade. O Brasil, que vivia uma condição de dependência extrema, voltou a planejar a sua área econômica com autonomia, com o Presidente Lula. O Brasil voltou e constituiu, em novos passos, em novos padrões de distribuição de renda que nós nunca vivenciamos no País, com o Presidente Lula, recuperando e constituindo novas capacidades para o Estado brasileiro, a partir de políticas concretas, diretas, de enfrentamento à miséria extrema, à pobreza, como o Bolsa Família de um lado e a geração de emprego e renda de outro.

Mas o Brasil também passou, recuperou a capacidade de planejar em direitos humanos, seja quando nós destacamos, no PNDH nº 1, com José Gregori — atuação ainda no período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; também com Gilberto Saboia ou com Paulo Sérgio Pinheiro, no PNDH-2. Mas,



quando esta peça, constituída com ampla participação da sociedade brasileira, estabeleceu diretrizes para um período no qual nós devemos, ao cumpri-la, responder diante dos grandes desafios dos direitos humanos no Brasil.

Afonso, nós que trabalhamos com a Presidenta Dilma sabemos que essa referência é fundamental para o trabalho dela também e para o nosso trabalho em direitos humanos, neste momento. Foi isso, Paulo, Nilmário e Mário Mamede, que fez a Presidenta Dilma indicar como prioridade ao Congresso Nacional, na mensagem presidencial, a PEC do Trabalho Escravo, a PEC 438.

Quando, no ano passado e neste ano, as mensagens presidenciais chegaram, no ano passado nós tínhamos na nossa lista a Comissão da Verdade, a PEC do Trabalho Escravo, Senador Nery, a nova formação do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

No ano passado, nós cumprimos uma agenda que considero importante, já alinhavada e construída pelo Ministro Paulo Vannuchi, apresentando um projeto de lei também para a Câmara dos Deputados que cria um mecanismo nacional e um sistema nacional para o combate à tortura. No ano passado, aprovamos aqui a lei que cria a Comissão da Verdade e também a Lei Geral de Acesso a Informações, que trata de direitos humanos, porque é uma legislação importantíssima para a democracia. E democracia e direitos humanos são duas faces de uma mesma perspectiva histórica, libertária, sendo construída.

Quando cumprimos essa missão juntos, com o Congresso Nacional, no ano passado, a PEC do Trabalho Escravo passou a ser a nossa principal tarefa para este ano, juntamente com as demais matérias que tramitam. Mas nós procuramos, através da CONATRAE — e aí o trabalho de José Guerra tem sido, verdadeiramente, Paulo Vannuchi, incansável, com todos os integrantes da CONATRAE —, uma mobilização permanente.

Na nossa agenda de trabalho está: dar sequência à formação de COETRAEs, para que todos os Estados brasileiros contem com Comissões Estaduais. Temos tido uma presença importante de comissões, que estão atuando na área urbana e que consideramos importantes neste momento, quando temos um fluxo migratório significativo de irmãos, tanto latino-americanos quanto africanos. E precisamos, no atual Governo — e temos o mesmo compromisso que afirmou o Presidente Lula —,



referendar aquilo que o Presidente Lula fez, ou seja, garantir que o estrangeiro que vem ao Brasil, também ele, esteja protegido da vil exploração que é aquela que ocorre pelas formas análogas ao trabalho escravo.

Nesse sentido, a criação da COETRAE no Rio de Janeiro e em São Paulo também foi importante no último período, especialmente depois que algumas grandes lojas, grandes magazines, foram identificadas como instituições, instâncias, empresas que auferiam lucro a partir das marcas nas mãos de trabalhadores em condição de escravidão. Isso só foi possível identificar pelo trabalho do Ministério do Trabalho, pela ação do Ministério Público do Trabalho e pela atuação da própria sociedade civil.

Entre esses segmentos, igrejas de caráter progressista têm cumprido importante papel e, nesta hora, também enviam a todos os Deputados, como a CNBB o fez, uma listagem muito significativa, de bispos do Brasil inteiro, apoiando a aprovação da PEC 438. Mas também igrejas evangélicas, religiosidades de matriz africana e todas as demais religiosidades do Brasil se unem em torno dessa causa de libertação.

A agenda desta data se deu planejadamente com o Presidente Marco Maia. Nós, através da CONATRAE, fizemos um trabalho para dar sequência às oficinas que tinham sido desenvolvidas no período do Ministro Paulo Vannuchi; fizemos um trabalho junto ao Tribunal Superior do Trabalho; e assinamos um termo de cooperação da CONATRAE com o Tribunal Superior do Trabalho, justamente para uma formação permanente. Então, todos os novos magistrados do trabalho... Assim como nos momentos em que os cursos são voltados à formação permanente dos magistrados do trabalho ou de servidores do Poder Judiciário, a CONATRAE tem tido, através desse termo de cooperação com o Tribunal Superior do Trabalho, uma atuação para a formação, para a identificação das situações de trabalho escravo no Brasil.

E, ao mesmo tempo em que nos dirigimos ao Poder Judiciário, nós nos dirigimos ao Legislativo. No início deste ano, no plano de ação, de planejamento do SDH, nós apresentamos à Presidenta Dilma. E ela nos disse: *“Realmente, esta agenda não pode ficar para depois”*. As palavras da Presidenta Dilma nos animaram a procurar todos os Líderes — Líderes da base governista, Líderes também da



Oposição. Assim como, na condição de Parlamentares, costumamos dizer que existem causas que nos unem, independentemente da matriz partidária e da bandeira que carregamos no peito como partido, os direitos humanos constituem essa síntese.

Nós também costumamos dizer, entre nós que atuamos na Secretaria de Direitos Humanos, em diferentes momentos, que as nossas causas foram se erguendo pelos braços de um após o outro. E, hoje, a tarefa que a SDH realiza é muito mais uma tarefa articuladora para o atual momento, com o apoio da Presidenta Dilma e do Governo como um todo, porque, na atuação de formulação das propostas, há uma base constituída no Governo do Presidente Lula e anteriormente constituída que tem sido a referência para seguirmos aprofundando a agenda de direitos humanos no Brasil.

Eu diria, sem nenhuma dúvida, que o nosso plano de ação é o mesmo, não apenas por sermos um governo que é um governo novo mas de continuidade no projeto, mas também porque, em direitos humanos, nós podemos dizer que os nossos governos democráticos têm sido governos de continuidade na agenda de direitos humanos do Brasil.

E assim os trabalhadores estão participando. É muito positivo que todas as centrais sindicais estejam neste momento mobilizadas, conversando com as bancadas. E é muito positivo que possamos neste momento discutir, esclarecer, debater e talvez, sem nenhuma pretensão maior do que nos caberia, mas no diálogo, podermos demonstrar aos Deputados a justiça desta matéria, que ela não prejudicará ninguém. A aprovação desta PEC libertará; libertará o trabalhador em condição análoga à escravidão, a trabalhadora; e libertará também, esta aprovação, setores que não precisam colar à sua identidade a posição contrária à emenda constitucional que enfrenta o trabalho escravo. O setor agrícola brasileiro ou o setor fabril brasileiro, o comércio, a produção têxtil, a produção brasileira é altamente diversificada. Estamos entre as maiores economias do mundo. Somos competitivos em escala de mercado em todas as áreas, particularmente na produção de *commodities*. É claro, cristalino, que o nosso posicionamento global, em todos os setores da produção econômica nacional, no PIB nacional, não se sustenta a partir da exploração do trabalho escravo, mas se sustenta, seja no agronegócio, seja na



produção têxtil, numa economia complexa, altamente voltada à utilização da pesquisa e cada vez mais baseada em alta tecnologia que agrega valor e que produz, portanto, resultados positivos, com base no cumprimento da lei. O Brasil precisa, ele, libertar-se dessa chaga. O Brasil não precisa, não merece, não deve, e nenhum setor econômico precisa, merece ou deve estar associado ao trabalho escravo.

Por isso, hoje o nosso trabalho aqui não é apenas entre nós, mas é um trabalho de convencimento de que o voto que alguém, um Parlamentar, vinculado ao setor produtivo, na agricultura, ou a outros setores, der a esta PEC é um voto a favor de si, a favor do seu negócio, a favor de um Brasil com desenvolvimento, liberdade, dignidade humana e colocado no mais alto patamar, também do ponto de vista econômico global. Este é o debate que nós estamos fazendo.

Se não bastassem para nós os argumentos no âmbito dos direitos humanos, que são o fundamento que nos une aqui, para defendermos que esta PEC é justa e deve ser aprovada, existem argumentos do ponto de vista do raciocínio de quem atua no Parlamento a partir das questões econômicas que em tudo indicam que não há uma contradição entre a dimensão econômica de um país desenvolvido, não mais de um país escravocrata, não mais de um país cuja produção tenha a marca da exploração da vida e da morte de homens e mulheres conterrâneos nossos... Esse é o sentido pelo qual nós estamos movidos nesta tarde.

Nós temos dois desafios: primeiro, o de convenceremos e trabalharmos pelo *quorum*, para que os Parlamentares estejam conosco; segundo, de assegurarmos os 308 votos.

Eu acredito, Senador José Nery, que nós temos essa possibilidade. O Presidente da Câmara é pessoa, nessa caminhada, que merece ser destacada pela palavra empenhada e pela jornada que está percorrendo, junto conosco. Os Líderes, os Ministros — Brizola Neto, Ideli Salvatti, Luiza Bairros —, igualmente. E hoje estiveram conosco em vários momentos e também nos últimos dias.

E eu digo a vocês que temos o ânimo de seguir trabalhando, conversando, dialogando, convencendo, porque não se trata de uma aprovação para seguirmos um plano de governo, mas se trata de uma aprovação para seguirmos um plano de um Brasil que dá respostas efetivas às necessidades do povo brasileiro.



A CONATRAE, seguindo o trabalho do Ministro Paulo Vannuchi, do Ministro Nilmário de Miranda, com o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, na sua segunda etapa, na sua segunda versão, do Ministro Mário Mamede e de todos os que nos antecederam, ela tem confiança de que o nosso trabalho está sendo feito para a aprovação da matéria nesta tarde.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministra, por suas palavras.

Vamos passar a palavra agora aos Parlamentares inscritos. Até o momento, o Deputado Amauri Teixeira, autor do requerimento que deu origem a esta sessão, o Deputado Vicentinho e o Deputado Afonso Florence.

Os Deputados que queiram usar a palavra, por favor, inscrevam-se levantando a mão.

Deputado Amauri Teixeira, está com você a palavra. Dirija-se ao púlpito.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Boa tarde.

Primeiro, dizer que esta é uma sessão histórica da CPI do Trabalho Escravo — histórica e simbólica. Eu e Ivan Valente somos os autores do requerimento. Nós fizemos questão de ouvir, nesta sessão da CPI, todos os ex-Ministros dos Direitos Humanos e a atual Ministra Maria do Rosário, por entendermos que vocês acumularam uma memória importantíssima para nós que estamos iniciando o trabalho da CPI que nos ajudará a aprofundar essa investigação e o aperfeiçoamento da legislação.

Mas quero, antes de entrar propriamente na sessão... Hoje é um dia especial, e nós não podemos fechar os olhos. Hoje está colocado para ser votado... Está convocada sessão extraordinária para hoje, para votarmos a PEC 438.

Primeiro, como a Ministra Maria do Rosário falou, nós queremos reconhecer o papel determinante do Presidente Marco Maia nesta votação. Marco Maia botou em votação, recentemente, a regulamentação do aviso prévio, que, desde a Constituição de 1988 não tinha sido regulamentado, e aprovou; colocou em votação a regulamentação da PEC 29 e aprovou; colocou em votação a Comissão da Verdade — e Nilmário estava aqui, a Ministra —, e aprovamos; e colocou hoje — nós acordamos com ele — a votação da PEC 438.



Então, nós queremos fazer esse reconhecimento de público, de que o Presidente Marco Maia tem tido um senso de oportunidade muito grande.

Vou começar saudando o senhor, Ministro Paulo Vannuchi. Não foi à toa que foi colocada a votação da PEC 438 para hoje, exatamente na semana que antecede, Vicentinho, o dia 13; que o Ministro Marco Maia, de forma simbólica, colocou em votação a PEC 438.

Mas quero reconhecer também o trabalho — e o acúmulo desse trabalho para chegar à votação hoje da PEC 438 — de Nilmário Miranda, o incansável militante dos direitos humanos; o trabalho de Mário Mamede; o trabalho de Paulo Vannuchi; e a atuação da Ministra Maria do Rosário. Sem a entrada da Secretaria de Direitos Humanos, por mais que nós reconheçamos o papel de Marco Maia... Nós queremos destacar que a Secretaria de Direitos Humanos foi determinante em pautar a PEC para hoje. A CONATRAE foi determinante em pautar a PEC para hoje.

Inclusive, Puty, a instalação desta CPI acelera o processo também. Você tem parcela de responsabilidade; Domingos Dutra tem parcela de responsabilidade; Nery, o Senador Nery, que foi Presidente da Frente de Erradicação do Trabalho Escravo na Legislatura passada, tem parcela de responsabilidade.

Mas Nery me sugeriu... Aliás, eu já tinha pedido a lista de presentes no plenário porque, como a Ministra nos disse, nós precisamos ter *quorum* e estamos acompanhando; preocupados, acompanhando. Eu tenho apenas 1 ano e pouco de mandato, mas tenho experiência de plenário. Quando saí do plenário... À colega ali, que é funcionária da Casa e que atua no plenário, eu perguntei: “*No dia de hoje, a esta hora, quantos nós teríamos?*” “*Uns duzentos e poucos.*” Ela confirmou que nós teríamos, há 1 hora atrás ou 2 — ela apoia a Mesa —, duzentos e poucos. Nós tínhamos 88. Neste momento, nós temos 176 Parlamentares presentes.

Eu fiz aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Já temos 218 — dado atualizado.

Mas vou trabalhar rapidamente com os 176, por sugestão de Nery. Eu não vou dizer o nome porque não interessa agora expormos os partidos. Mas há partidos grandes que só têm oito — partidos com mais de 50 Deputados só têm 8 presentes, com 176; há partidos em torno de 50 que têm 10; há partido com mais de 60 que



tem 9; há partido — e eu não vou dizer, por mais coincidentemente... para não entregar o partido —, partido grande, que tem 21; e um partido que já foi grande tem apenas 7 Deputados presentes.

Nós apelamos a todas as Lideranças partidárias. Hoje nós debatemos com o Deputado Pauderney Avelino na *TV Câmara*, e ele me disse que todos os Deputados do DEM vão votar, meu caro Roberto de Lucena, a favor da PEC 438. Eu espero que isso aconteça.

Mas não vão votar apenas esses poucos que já compareceram. Nós queremos o partido integralmente presente no plenário para votar. Porque não adianta não estar presente, porque nós vamos colocar nas redes sociais todos. E não vamos botar nome de pessoa, não. Vamos botar os perfis dos partidos, qual foi o comparecimento dos partidos e qual é o compromisso que eles têm.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A Ministra está saindo. A gente agradece e a gente sabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - A Ministra vai se retirar porque ela tem uma reunião. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A gente agradece à Ministra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, só para informar: ela tem uma reunião com o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, exatamente para tratar do processo de articulação para nós não só pautarmos a PEC, mas também vencermos a votação.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Diga a ele que vários partidos da base... Convoque ele a convocar os partidos da base, alguns que estão esvaziando no plenário.

Quero reconhecer que a Ministra está aqui desde a manhã mobilizando.

E não vamos só publicar o nome dos Deputados que se ausentaram, não. Nós vamos publicar o número de Deputados de cada partido, caso eles continuem com essa estratégia, que compareceram ao plenário, para mostrar o perfil social e o compromisso social que esses partidos têm. *(palmas)* Porque, diante das câmeras e diante às vezes do voto secreto, Vicentinho, engana-se o povo, esconde-se. Mas a PEC é votada com voto aberto. O painel, nós temos que saber... Mesmo que não



votemos a PEC... Porque não vamos colocar a PEC para ser votada para ser derrotada. Nós só vamos colocar a PEC para ser votada com a certeza de que nós vamos aprovar. Esse é o compromisso do Presidente Marco Maia.

Se nós não votarmos hoje, vamos votar amanhã. Se não votarmos amanhã, vamos pedir ao Presidente Marco Maia que coloque em votação na quinta-feira. Na quinta-feira, quase ninguém faz nada nesta Casa, mas não é possível que, diante da importância desta matéria, nós não a coloquemos em pauta na quinta-feira. Por 3 dias, eu quero ver se eles, cinicamente, esvaziarão o plenário. Como disse Paulo Vannuchi, isso não é uma matéria...

E não podemos aceitar também, meu caro Paulo Vannuchi, meu caro Puty, Valmir Assunção, que é membro desta CPI e um combatente junto com Vicentinho, meus colegas de CPI, nós não vamos aceitar o que vimos lá hoje, num ensaio. Não queremos aprovar a CPI enfraquecendo o Estado, enfraquecendo a fiscalização. Não adianta ter norma, se não tivermos estrutura estatal para garantir a aplicação da norma. Queremos PEC aprovada, mas fiscalização do trabalho forte. Queremos PEC aprovada, mas Ministério Público do Trabalho forte. Nós queremos PEC aprovada, mas Defensoria Pública.

E aí, meu caro Vannuchi, temos que nos debruçar sobre isso. Temos uma Defensoria Pública da União esquelética para dar conta da defesa dos direitos humanos. Temos de fortalecer a Defensoria Pública.

Então, não vamos fazer e não vamos aceitar a chantagem: *“Aprova, desde que”*... Desde que nada. Nós não aceitamos que se enfraqueça a fiscalização do trabalho, porque é a fiscalização do trabalho que materializa o desejo da Constituição. (*palmas*) O desejo de que os trabalhadores tenham dignidade no seu ambiente de trabalho. Não vamos trocar a aprovação da PEC por uma simbologia oca ou um faz de conta. Nós queremos, sim, aprovar a PEC para aperfeiçoar exatamente o aparato do Estado, para ter instrumento jurídico para debelar de vez.

Como disse, não é possível. Eu tenho dito — e às vezes as pessoas acham que não devo dizer, mas eu digo: o segmento ruralista da Câmara, alguns... E eu chamo a atenção para Junji Abe, que é um produtor sério e é um pequeno produtor — é do DEM, mas é sério — e não pode entrar na onda de alguns malucos que há aqui, literalmente — poucos, mas loucos, ruralistas, embriagados de agrotóxicos,



que trazem propostas incosequentes. Mas não é só incosequente para o País, não. São propostas incosequentes inclusive para os ruralistas brasileiros, como disse o Ministro Paulo Vannuchi, para um dos setores que mais têm avançado na produção.

Mas alguns líderes dos ruralistas aqui têm uma visão ainda atrasada, têm uma visão escravocrata. E, por eles, mantém, meu caro Vicentinho, uma mácula praticada por uma minoria. Mancham o Brasil. Uma minoria está manchando o Brasil no cenário internacional, uma minoria está manchando todos aqueles que praticam um trabalho decente. E nós sabemos que a maioria absoluta, inclusive dos empreendedores rurais, pratica um trabalho decente. Nós sabemos que a absoluta maioria dos empreendedores urbanos pratica um trabalho decente e não podemos aceitar que uma minoria faça este Congresso refém, coloque este Congresso de cócoras.

Nós vamos aprovar a 438 dizendo: *“Nós queremos um Estado mais forte, para debelar de vez o trabalho escravo no Brasil”*.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

Passamos agora a palavra ao Deputado Vicentinho, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Boa tarde, companheiras. Boa tarde, companheiros.

Eu saúdo todos vocês em nome dessa digníssima Mesa que se faz presente, desde o nosso companheiro Mamede, o nosso companheiro Nilmário Miranda e, em especial, o meu padrinho de casamento, meu grande orientador, meu companheiro Paulo Vannuchi, uma história carregada de muita dignidade.

Quero parabenizar o nosso Puty. E, Puty, eu não vou falar tudo o que o meu companheiro, o meu Líder, já falou, para não ser repetitivo. Então, vou apenas colocar algumas questões sobre as quais vale a pena refletir aqui.

A primeira reflexão é que, desde a primeira audiência que realizamos, há duas coisas sintomáticas. Primeira: que todos os palestrantes que vieram — entidades técnicas, ex-Ministros do Trabalho, entre outras entidades — falaram condenando veementemente a existência do trabalho escravo ou análogo ao



trabalho escravo. Então, significa que ninguém teve a coragem de vir aqui e dizer: “Não, não é bem isso”.

Sintomático também, senhores assistentes, é que, nessas audiências, o plenário estava cheio de Deputados desta Comissão, uma Comissão que... Nós somos em torno de oito companheiros e em torno de vinte ligados ao agronegócio. Até, num pronunciamento, eu cheguei e falei: “*Olha, pessoal, é a chance*” — você se lembra disso — “*de a gente fazer um grande pacto neste País contra o trabalho escravo*”. Hoje eles não estão aqui. Havia até dois, aqui do nosso lado, mas por alguma razão não estão presentes aqui para ouvir essa importância.

E a importância maior é de que... E isto nós vamos perguntar no plenário: qual é o Deputado aqui que compactua com o trabalho escravo? Se não compactua, por que está criando motivos para não votar? Eu acho que esse questionamento nós temos de fazer no plenário, a cada dia, a cada momento, a cada conversa.

E me lembro de que um deles até questionou a fotografia de um garoto bebendo água à beira de um rio. Como se beber água à beira do rio fosse uma coisa maravilhosa. É, quando vamos passear; é, quando queremos pegar água da bica e beber, mas quando se vai trabalhar, gerar riqueza, não ter nem água para beber e ser obrigado a ir a um rio para beber água, sem condições de higiene... Até essa foto questionaram naquele dia.

Então, em que pese apostarmos muito que essa votação seja unânime, como foram outras, estamos sentindo que, de fato, precisamos nos mobilizar. O momento é agora. Então, quem tiver Deputados nos seus respectivos Estados, mesmo que não gostem do danado, entrem em contato com ele, cobrem, chamem atenção, digam que adoram ele, digam até que votou nele, que estão de olho no que ele vai fazer, porque essa é a hora do namoro, é a hora da conquista. Chegará a hora da denúncia, da denúncia para o Brasil como um todo, porque de fato é inaceitável.

Uma semana, o Código Florestal como foi votado, e, agora, a negativa de aprovar um projeto que traz dignidade para o nosso povo. Então, em vez de um pronunciamento, que irei guardar para o plenário, agradeço os meus irmãos pela presença. Digo que temos que nos mobilizar, não há outra coisa a fazer. Precisamos nos mobilizar e amedrontar os homens da maneira mais inteligente possível, para que fique muito claro que quem faltar a esta votação de hoje, salvo exceções,



alguém que esteja viajando, mas quem faltar estando presente tem que ser denunciado. Mas não é agora que vou falar sobre isso, senão vão achar que estamos ameaçando. Uma hora a gente namora, outra hora a gente dá pau.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, companheiro Vicentinho.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Boa tarde, companheiros e companheiras. Saúdo o Ministro Mário Mamede, o Ministro Nilmário Miranda, o companheiro que nos honrou muito no debate sobre os Direitos Humanos, um debate duro no ano passado, o Vannuchi, o Deputado Cláudio Puty, os Deputados Amauri Teixeira e Ivan Valente, proponentes dessa audiência, e os demais Deputados. A Ministra Maria do Rosário se retirou.

Estive até recentemente como Ministro da Presidente Dilma e sou testemunha. Disse agora pela manhã na audiência pública, Deputado Ivan Valente, a orientação expressa do Governo brasileiro nos últimos anos, e nesse último ano também, no mandato da Presidenta Dilma, da nossa posição de aprovação dessa PEC.

A coincidência nessa data de buscarmos votar a PEC e fazermos essa audiência pública da CPI é muito oportuna. Cento e vinte e quatro anos depois da abolição da escravidão, uma escravidão que se constituiu num país colonizado, inserido na formação do sistema econômico mundial, que tinha toda a sua economia fundada no trabalho escravo, e após a abolição da escravidão permanecemos por tantos anos com a ausência de regulamentação de direitos trabalhistas. Só bem mais tarde uma série de leis vieram a ser consolidadas na CLT, posteriormente com a Constituição de 88, os direitos mais elementares dos empregados e empregadas domésticas. Mas infelizmente ainda perdura no País um conjunto de atividades econômicas que se vale do trabalho escravo.

Não é novidade a possibilidade de que essa forma de exploração do trabalho venha a levar os setores econômicos a auferir lucros muito expressivos. É possível identificar esses segmentos. Por isso, muito oportuna a sessão.



Quero reiterar os meus parabéns ao Deputado Ivan Valente e ao Deputado Amauri Teixeira, porque o que a CPI precisa, e mais do que apenas — e isso, em relação ao Ministério do Trabalho, parabenizo todo o trabalho desenvolvido pelos auditores e auditoras, pelas equipes do Ministério do Trabalho — identificar quem pratica o trabalho escravo, é um ato quase que policial. O que nós precisamos conseguir fazer na CPI é avançar no sentido de identificar as cadeias produtivas, os elos econômicos, a forma como se reproduzem atividades econômicas que se valem do trabalho escravo.

É óbvio que o País não precisa, e mesmo se precisasse, nós nos posicionariamos contra. Por isso, a presença dos Srs. Ministros é tão importante para nós. Independente da viabilidade e da validade econômica para o País, nós somos contra o trabalho escravo; é uma condição mais elementar de direito humano. E acho que é muito oportuno que essa CPI faça essa audiência pública no dia de hoje.

É claro que a correlação de forças, digamos assim, não é a mais favorável, mas temos também que buscar evitar que os trabalhos desta CPI fiquem subsumidos, apagados na opinião pública por conta da existência de outras CPIs e outras dinâmicas de maior repercussão política. Mas de igual importância para a sociedade brasileira são os valores humanos mais fundamentais.

E eu quero parabenizar o trabalho desenvolvido pelos Ministros, parabenizar o trabalho do Deputado Cláudio Puty e, mais uma vez, os proponentes desta audiência pública.

Hoje pela manhã, Srs. Ministros, eu aludi às condições, Deputado Ivan Valente, em que nossa democracia, digamos assim, uma democracia imperfeita, nos levou a uma situação como essa, que tem muito a ver, inclusive, com a reforma política — é o voto uninominal, é o financiamento privado, é um presidencialismo de coalizão.

Tivemos hoje os quatro últimos Ministros dos Direitos Humanos, que têm uma posição firme de governo. Está havendo uma reunião do Colégio de Líderes. Nós estamos querendo votar a PEC e querendo que a CPI resulte em proposições que impeçam definitivamente a reprodução do capital baseado na exploração do trabalho escravo. Então, essa sessão é muito oportuna.



Parabéns a todos.

Muito obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Afonso Florence, do PT da Bahia.

Passemos agora a palavra ao Deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo, que é um dos autores, junto com o Deputado Amauri Teixeira, do requerimento.

V.Exa. tem 10 minutos para se pronunciar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nobres componentes da Mesa, todo o Plenário, companheiros e companheiras, queria, primeiro, pedir desculpas a vocês, aos Ministros convidados e a todos porque a atividade parlamentar nossa aqui é muito superposta.

Então, neste momento, está-se votando o Plano Nacional de Educação na Comissão Especial, na qual eu sou proponente e tenho voto separado. Inclusive, fui o primeiro autor no Plano Nacional de Educação, em 98, no PT, viu, Nilmário? Então, tenho que estar lá.

Ao mesmo tempo, está tendo a votação da reforma política, a que o Florence se referiu aqui. Ao mesmo tempo, fomos proponentes também e participantes aqui na CPI, que hoje, eu diria, está num dia superespecial, um momento estratégico, especial para se tentar votar a PEC do Trabalho Escravo.

Eu queria, primeiro, dizer isto: eu acho que a sociedade brasileira é feita de avanços e de retrocessos. Às vezes, é preciso ousadia, ousadia. Às vezes, falta ousadia.

Nós andamos muito preocupados nesta Casa porque, apesar de achar que a democracia avança no Brasil desde o fim da ditadura, nós pudemos ver o quanto o Brasil ainda retrocede, é conservador, é reacionário. E a maior prova disso foi a aprovação por esta Casa da chamada mudança do Código Florestal, comandada pelo setor ruralista, que é um imenso retrocesso na nossa perspectiva de um Brasil democrático, aproveitando a sua biodiversidade, de um país que não quer se reprimizar novamente, de um país que quer um novo modelo agrícola e agrário. Eles conseguiram uma vitória, e eu espero que a Presidente Dilma não deixe



passar essa oportunidade de vetar o Código Florestal. Enquanto 80% do Parlamento aprova uma proposta como essa, 80% da população é contra. Isso mostra um imenso descompasso.

A mesma coisa, e a vergonha que nós vivemos, é a lógica de que, nesse mesmo espaço, esse mesmo setor comandado pelo agronegócio aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça, que todas as áreas e as demarcações de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação passarão pelo Congresso Nacional, onde eles têm uma maioria Parlamentar, através da PEC 215, que nós temos que barrar de qualquer forma.

Na questão do trabalho escravo, aqui na CPI, também tem um debate. E o debate é a descaracterização do que é o trabalho degradante ou semelhante ao trabalho escravo, enquanto a PEC está aí para ser votada há tantos anos, no nosso País, e já votada em primeiro turno. Vergonhoso isso!

O dia de hoje pode ser histórico, porque fizemos uma mobilização, o Presidente da Casa prometeu votar, botar a emenda na pauta, e deve fazê-lo.

Acho que é o momento de quem continua favorável, e isso acontece na cidade e no campo — porque não é só no campo, nas carvoarias, nas madeireiras, na produção agrícola, etc, mas também nas cidades, como São Paulo, na indústria, que existe trabalho escravo de estrangeiros, de pessoas sem direitos, degradantes, etc. —, cada um agora, em vez de discutir as sutilezas, coloque o dedinho lá no painel eletrônico. E nós vamos saber quem é a favor do trabalho escravo e quem quer acabar com essa vergonhosa volta à escravidão no nosso País.

Rigorosamente, nós temos hoje um momento histórico. Acho que o Presidente da Casa deve testar. Certamente, na reunião de Líderes, deve estar a grande resistência sendo feita nas Lideranças de bancadas. Mas é o momento de a gente ir adiante, é o momento de expor para a sociedade, que, tenho certeza, repudia esse tipo de tratamento. Em nome do lucro, em nome da exacerbação do capital, pratica-se o trabalho degradante com todos.

Por isso, nós temos feito um trabalho aqui. Cumprimento o nosso Presidente, Cláudio Puty. O trabalho da CPI é um trabalho fundamental para dar visibilidade ao que acontece no Brasil, nas entranhas do nosso País.



Por isso, companheiros, esse debate de hoje aqui com os Ministros, que infelizmente não pude ouvir por falta de tempo, mostra que nós podemos avançar numa sociedade democrática, igualitária. Mas quero crer que chegou a hora da verdade. Nós temos que obrigar a exposição de posições políticas, que as pessoas explicitem.

Finalizo dizendo isto: em nome e atrás de tudo isso, Parlamentares aqui presentes, ex-Senador José Nery, que nos acompanha nesta sessão e que teve um trabalho muito digno de um Senador nesta luta, o que está atrás de tudo isso é a sacrossanta propriedade privada, ou seja, a propriedade acima da vida. Então, se há trabalho escravo na propriedade e você expropria para fim de reforma agrária, não pode, porque mexe com o direito de propriedade.

A mesma coisa presidiu o debate sobre a questão do Código Florestal aqui. Não se mexe na propriedade, não se pensa no coletivo, não se pensa nos impactos sobre a vida de milhões, mas no direito da propriedade acabar com as áreas de preservação permanentes, entupir as nascentes dos rios, assoreá-los, causar desastres ambientais nas encostas, não manter a reserva legal, que cientificamente é muito melhor. E, no caso da emenda que se quer aprovar sobre as demarcações de terras indígenas, quilombolas, se trata disso também: como se apropriar de propriedades que são de comunidades que estão aí desde tempos imemoriais, e outros que foram escravizados por essa mancha histórica de 300 anos de escravidão no nosso País.

Por isso, hoje é um dia histórico. E eu acho que nós podemos avançar bastante nesse trabalho. É a hora de combater o conservadorismo, o reacionarismo e ganhar programas de liberdade, de democracia. Esta CPI tem um imenso papel a cumprir.

Muito obrigado a todos, um grande abraço. Parabéns a nossa Mesa. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Como vocês já perceberam hoje, a nossa prioridade é articular uma vitória mais tarde. Então, a Ministra Maria do Rosário saiu daqui. Ela foi se reunir com o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia. Nós estamos, neste momento, tendo uma



reunião do Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes é a reunião de todos os Líderes dos partidos com o Presidente da Casa, onde se define normalmente a pauta.

A coisa boa é que, hoje de manhã, o Presidente Marco Maia, num ato que nós tivemos, se comprometeu a colocar na pauta, independente de consenso no Colégio de Líderes. Mas nós precisamos de mais do que isso para aprovar a PEC. Precisamos de muitos votos. São dois terços, 308 votos, o que não é pouca coisa aqui na Câmara dos Deputados.

Portanto, os ex-Ministros me deram a atribuição de agradecer a todos pela presença. Eles não vão usar a palavra para as considerações finais. Eu vou obviamente aproveitar para falar um pouquinho da CPI.

A CPI está funcionando há mais ou menos um mês. Nós estamos na nossa sexta reunião regimental. E tem sido um espaço muito interessante, porque há uma forte presença não só de militantes de direitos humanos, muito bem representados pelo Deputado Vicentinho, Deputado Amauri, Deputado Valmir Assunção, mas também por fortes representantes dos proprietários rurais.

E uma das preocupações dos proprietários rurais, uma das alegações é de que não há uma caracterização apropriada do trabalho escravo na legislação brasileira e de que haveria exageros na fiscalização. Eu pessoalmente não acredito nisso. O Código Penal é muito claro ao definir o trabalho escravo, as suas características. Aliás, foi esta Casa que, em 2003, revisou o Código Penal e tornou a caracterização do trabalho escravo ainda mais precisa.

E sobre a fiscalização como justificativa para não aprovar medidas legislativas é como se nós quiséssemos culpar, por conta de algum eventual guarda de trânsito que aplicou uma multa errada, tentar acabar com o DETRAN, acabar com o Batalhão de Polícia de Trânsito. Quer dizer, são coisas absolutamente diferentes. Vocês imaginem este País sem a fiscalização em áreas fundamentais, como a fiscalização tributária, como a fiscalização ambiental, assim como a fiscalização do trabalho.

Nós estamos vivendo num momento de menor taxa de desemprego da história do País. A cada mês, nós temos estatísticas que demonstram que nós estamos chegando ao que os economistas chamam de pleno emprego, que não é



normalmente todo mundo empregado, mas aqueles que estão buscando empregos estão conseguindo emprego.

Portanto, é injustificável que nós tenhamos como desculpa para o trabalho escravo, ou o não endurecimento da lei, justificativas em características culturais do mercado de trabalho, em características associadas à dificuldade dos empregadores. No momento em que o nosso agronegócio está bombando com exportações, com muita opulência e com grandes possibilidades de abrir mercado no exterior, é injustificável, é um contrassenso, é um tiro no pé nós não endurecermos a fiscalização.

Nossa primeira fase até este dia é uma fase de resgate da experiência histórica de trabalho escravo no Brasil, com a presença de representantes da OIT, o Alexandre, do Ministério do Trabalho, que são pessoas que têm colaborado, entre tantos outros aqui presentes já mencionados, que têm colaborado com o combate ao trabalho escravo, seja no dia a dia, na labuta, seja na elaboração de projetos de pesquisa, de relatórios que esclarecem o que é a vida dura e a realidade da fiscalização em campo e quais são as condições do trabalho escravo, em contraposição a uma simples infração trabalhista.

Hoje nós não vamos aprovar requerimentos, porque apesar de termos *quorum*, não temos Parlamentares aqui. Não seria, a meu ver, apropriado aprovar um requerimento com a ausência de grande parte de membros da CPI. Mas a segunda fase será de oitiva nos Estados. Nós vamos aos Estados — queremos ir ao Piauí, queremos ir ao Pará, queremos ir ao Maranhão, queremos ir ao Tocantins. (*Palmas.*) Queremos abrir as feridas, queremos ouvir todos os lados.

Eu acho que esta CPI tem o papel fundamental também de gerar, se possível, consenso. Se os ruralistas reclamam que há excessos, eu acho que há. Todos os representantes do Ministério do Trabalho já vieram aqui e já disseram que têm todo interesse em identificar eventuais excessos, até porque há participação dos órgãos de representação do ruralismo na elaboração de protocolos, de nota, de portarias do Ministério do Trabalho que identificam e que criam parâmetros para o combate ao trabalho escravo.



Portanto, vamos ter um trabalho muito importante. Vocês, que vieram de outros Estados, são muito bem-vindos, e vamos nos encontrar em breve, se tudo der certo, nos Estados de vocês.

Muito obrigado. Está encerrada esta reunião. (*Palmas.*)